

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

SIRLEY DE SOUZA IEQUE DOS SANTOS

**ENSINO MÉDIO:
DEBATE ATUAL SOBRE O ABANDONO E A EVASÃO ESCOLAR**

MARINGÁ
2012

SIRLEY DE SOUZA IEQUE DOS SANTOS

**ENSINO MÉDIO:
DEBATE ATUAL SOBRE O ABANDONO E A EVASÃO ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC,
apresentado ao Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual de Maringá, como
requisito parcial obtenção do grau de
pedagogo.

Coordenação: Profa. Dra. Renata Lara
Marcelle Pimentel.

Orientação: Prof. Dra. Ruth Izumi Setoguti.

MARINGÁ
2012

RESUMO: O objetivo desse trabalho é discutir os problemas que permeiam o ensino médio no período entre 2005 a 2012, especificamente os referentes ao abandono e a evasão escolar dos alunos do Ensino Médio público. Para tanto, busca-se conhecer os dados divulgados em órgãos federais vinculados ao Ministério da Educação (MEC) e ao IBGE, sendo eles: o Sistema Nacional de Educação Básica (SAEB), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e a Pesquisa Nacional por amostra de Domicílio (PNAD). Essas informações serão apresentadas a partir de estudos de autores que trabalham nessa linha de pesquisa que subsidiaram a discussão sobre os percalços dessa etapa do ensino. Esse debate servirá de base para analisar a situação do Ensino Médio a fim de oferecer possíveis contribuições para a formação docente propiciando um conhecimento mais profundo sobre a temática que levem à reflexão, a busca pela mudança da situação e pela qualidade da educação nesse nível de ensino.

Palavras-chave: Ensino Médio; Abandono; Evasão, Qualidade da Educação.

ABSTRACT: The aim of this paper is to discuss the problems that permeate the school today, specifically those related to abandonment and dropout of high school students. For this, we seek to know the data published in federal linked to the Ministry of Education (MEC) and the IBGE, namely: the National Education System (SAEB), the National Institute for Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP) and the National Survey of Household Sample (PNAD). This information will be presented from studies of authors that works in this line of research, and that is supported the discussion of the pitfalls of this stage of education. This discussion will serve as a basis for showing the status of high school in order to offer possible contributions to teacher education providing a deeper understanding of the topic that lead to reflection, the search by changing the situation and the quality of the education at this level.

Keywords: High School, Abandonment, Dropout, Quality of Education.

INTRODUÇÃO

Este artigo visa propor a discussão de alguns problemas existentes no Ensino Médio no período entre os anos de 2005 a 2012, mais precisamente os referentes ao abandono e a evasão escolar de jovens, uma vez que parcela considerável desses jovens não estão frequentando a escola. Para essa pesquisa são utilizados, como ponto de partida, estudos de autores que pesquisam sobre o tema, sendo eles: João Batista Araújo e Oliveira; Mariana Frandinho, Mirela de Carvalho; Nilma Fontanive; Ricardo Paes de Barros; Rosane Mendonça; Ruben Klein; Samuel Franco e Simon Schwartzman.

Para entender a discussão proposta, convém apresentar o conceito do nosso objeto. Entende-se por abandono escolar a situação do aluno que matriculado e no decorrer do ano letivo, por algum motivo, deixa de frequentar a escola sem que haja um pedido formal de transferência. Já, o aluno que está matriculado numa escola e no ano seguinte, independentemente da situação escolar no qual se encontra, não realiza a matrícula, este é considerado evadido, (KLEIN, 2008).

Tanto a evasão como o abandono escolar é um grave problema que causa preocupação à sociedade de forma geral. Tal fato torna-se um desafio para a escola e para os educadores, pois existem diversos fatores que podem interferir na vida escolar do aluno e determinar essa situação, dentre eles estão a dificuldade de conciliar os estudos e o trabalho, a dificuldade em acompanhar os conteúdos, a má qualidade do ensino e também a falta de interesse. Nesse sentido, Barros, et al (2008) ressaltam que:

Se existe um desinteresse dos jovens pela escola, é importante saber por que. Uma possibilidade é que estejamos assistindo a um desinteresse geral da juventude em se educar, que pode resultar da percepção desse grupo de que a escola não representa uma verdadeira oportunidade, seja devido à baixa qualidade dos serviços oferecidos ou à inadequação às necessidades dos alunos. Se a escola não oferece o que a

juventude busca, seria razoável esperar certa perda de interesse por ela (Barros, et al. 2008, p. 155).

Com este trabalho pretende-se buscar informações consistentes que embasem as discussões sobre o abandono e a evasão escolar no Ensino Médio a fim de contribuir com a formação docente propiciando um conhecimento mais profundo sobre a temática.

Com base no Art. 35 da LDB de 1996, o Ensino Médio constitui-se a última etapa da educação básica, com duração mínima de três anos, e objetivos bem definidos: o aprofundamento e fortalecimento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, visando o prosseguimento dos estudos, preparar o educando para o exercício da cidadania, para o trabalho e, sobretudo, propiciar a formação humana em toda sua dimensão – a ética, a autonomia e a capacidade de desenvolver o pensamento crítico. Portanto, torna-se necessário compreender que se trata de um nível de ensino que impreterivelmente deve oferecer uma educação de qualidade a toda a população.

No tocante à educação, o Brasil ainda enfrenta grandes problemas, dentre os quais merecem destaque os referentes ao abandono e a evasão escolar, bem como a qualidade da educação oferecida no Ensino Médio.

De acordo com o Presidente Executivo do Movimento “Todos pela Educação”, Mozart Neves Ramos (2008, p. 04), no Brasil há cerca de dois milhões de jovens, com idade de 15 e 17 anos, que estão fora da escola. Enfatiza ainda que: "não basta colocar o jovem na escola. É preciso criar condições para que ele aprenda". Embora nas últimas décadas a educação no País tenha avançado significativamente, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de 4 a 17 anos, sabe-se que apesar de serem avanços relevantes e estruturais, ainda não são resultados esperados e suficientes. Enfatiza ainda: “foram avanços importantes, estruturais, mas sabemos ser ainda insuficientes. Precisamos dar maior amplitude e velocidade às mudanças na área educacional” (RAMOS, s/p).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a educação é um direito social adquirido que condiciona a melhoria da qualidade de vida das pessoas e o sucesso em sociedade. Com efeito, esse mesmo direito é reafirmado posteriormente na Lei de

Diretrizes e Bases da Educação de 1996, destacado no inciso I do Art 3º o direito de acesso e permanência na escola.

Barros e Mendonça (2008) afirmam que inúmeros estudos demonstram que a educação é responsável por impactos relevantes que atingem a sociedade – de forma direta e indireta – nos diversos aspectos do bem estar dos indivíduos como também interferem no processo socioeconômico do país, justificando assim a relevância da escola na vida dos jovens.

Partindo do pressuposto de que a educação é um poderoso instrumento que contribui para a promoção de mudanças sociais, sendo a escola a instituição que assegura esse processo, torna-se necessário a conscientização de todos sobre a importância de se ofertar um ensino de qualidade, no qual a taxa de abandono e de evasão escolar atinja um percentual próximo de zero.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio Moran (2009) destaca que a educação é a via fundamental para o avanço de qualquer país, pois permite melhores perspectivas de autonomia, empreendedorismo, empregabilidade e, sobretudo, maiores chances de superação da grande desigualdade social existente em nosso país. Diante de tais possibilidades, fica comprovada a necessidade de mobilizar a sociedade - principalmente os jovens - sobre a relevância da escola. Porém, mais importante que matricular os alunos na escola é fundamental que seja oferecida uma educação de qualidade, instigadora, estimulante e dinâmica em todos os níveis de ensino.

Tendo como referência os estudos de Barros e Mendonça (2008), a seguir serão apresentados os dados sobre a qualidade da educação e da taxa de abandono e evasão escolar no Ensino Médio. Essas informações serão obtidas a partir do Sistema Nacional de Educação Básica (SAEB), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e da Pesquisa Nacional por amostra de Domicílio (PNAD).

O SAEB, realizado desde 1990, coordenado pelo INEP é composto por dois processos avaliativos: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc). Em 2005, por meio da Portaria Ministerial nº 931 o nome SAEB foi modificado para ANEB. Mas por ter mantido as mesmas

características a ANEB recebe o nome de SAEB em suas publicações.

A ANEB é realizada por amostragem nas redes de ensino de cada Unidade da Federação, centrando-se especificamente na gestão do sistema educacional brasileiro. Já a ANRESC é mais abrangente e mais detalhada, focando especificamente em cada unidade escolar. Por ser de caráter universal está intitulada Prova Brasil.

As avaliações do SAEB contemplam informações sobre a realidade educacional de cada região do país, das redes de ensino públicas e privadas nos Estados e Distrito Federal. O exame é realizado a cada dois anos e é aplicado aos alunos de 4ª e 8ª série do Ensino Fundamental e das 3ª série do Ensino Médio objetivando avaliar a proficiência em matemática e em leitura.

Esta é a primeira iniciativa de nível nacional para conhecer com mais profundidade a real situação do sistema educacional no que diz respeito à qualidade da educação e as condições internas e externas que influenciam o processo de ensino e aprendizagem. Para isso, são utilizados dois instrumentos fundamentais: as provas e os questionários. As provas são uma forma de verificar o nível de desempenho dos alunos em diferentes disciplinas e séries. Os questionários contextuais fornecem informações que vão além do ambiente escolar, são aplicados aos alunos, professores e diretores. Por meio deles são investigados fatores associados ao desempenho dos alunos. Os questionários socioeconômicos, aplicados aos alunos, coletam informações sobre fatores contextuais, associados ao desempenho escolar. Os professores e diretores das escolas também respondem a questionários fornecendo informações sobre dados demográficos, perfil profissional e condições reais de trabalho.

O INEP é um órgão que disponibiliza informações, por meio do Edudatabrasil, sobre o fluxo escolar, atendimento, perfil do estabelecimento e qualidade do professor abrangendo o ano, a série e a categoria administrativa (Federal, municipal, estadual, pública e privada). Trata-se de um sistema de fácil acesso que possibilita a realização de diversos cruzamentos entre as variáveis, abrangendo até a esfera municipal. Nele contém dados sobre matrícula, docentes e infraestrutura de cada unidade escolar.

A Pesquisa Nacional por amostra de Domicílio (PNAD) é uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que abrange todo o território

nacional. Esta ocorre no terceiro trimestre de cada ano – com exceção em anos de Censo Demográfico – tendo como data de referência os primeiros dias do mês de outubro. A referida pesquisa investiga a cada ano uma amostra com aproximadamente cem mil domicílios, e na versão atual contém 12 blocos com 220 questões que contempla uma variedade de tópicos que abrange desde informações sobre condições habitacionais até informações demográficas sobre fecundidade e migração. O levantamento dessas estatísticas constitui um importante instrumento para formulação, validação e avaliação de políticas destinadas para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria das condições de vida das pessoas.

Por meio dessas iniciativas, pode-se afirmar que o Brasil tem conquistado expressivos avanços no setor educacional. No que se refere ao Ensino Médio, durante algum tempo, esse nível de ensino tem sido alvo de inúmeras transformações, fato esse que será apresentado no próximo tópico.

AS REFORMAS NO ENSINO MÉDIO

Com base nos estudos de Maria Helena Guimarães de Castro e Sergio Tiezzi (2005), no início dos anos 50 o número de matrícula no Ensino Médio era considerado pequeno, 650 mil alunos, em relação aos 50 milhões de habitantes do país. Na década seguinte houve uma leve expansão nesse segmento de ensino devido a implantação do sistema de equivalência dos estudos secundários de cunho profissionalizante aos estudos acadêmicos. Entretanto, essa proposta não contemplava as condições necessárias para a formação profissional aos alunos que por algum motivo decidissem não seguir carreira acadêmica.

Segundo os autores, em 1970, a lei de organização do sistema educacional brasileiro determinou que o ensino obrigatório passasse a ser de oito anos sequenciais, introduzindo a primeira etapa do ensino secundário ao antigo nível primário. A partir disso com as oportunidades decorrentes do aumento do tempo de escolaridade e da obrigatoriedade, o Ensino Médio torna-se então, a segunda etapa do ensino secundário de caráter obrigatório e profissionalizante. Contudo, com a regulamentação da lei de

organização de 1970, o Ensino Médio passou a ser estruturado em duas formas distintas: uma profissionalizante e, outra propedêutica.

De acordo com Castro e Tiezzi (2005), essas modificações aumentaram a demanda pelo acesso ao Ensino Médio devido à eliminação do exame obrigatório que dava acesso entre o antigo primário à primeira etapa do secundário. Dessa forma, no período de 1970 e 1980, mais de um milhão de novos alunos se matricularam no Ensino Médio. No entanto, essa expansão não permaneceu na mesma proporção nos anos de 1980, voltando a crescer somente nos anos de 1990. Tal fato pode ser explicado pelo equivocado modelo imposto e pela má qualidade da educação, refletindo nos elevados índices de repetência tendo como resultado a obstrução do fluxo de alunos, afirmam os autores.

Portanto, constata-se que o crescimento do Ensino Médio nas últimas décadas ocorreu de forma significativa, pois o fluxo de alunos do Ensino Fundamental aumentou devido à queda nas altas taxas de repetência, aumentando a demanda por essa modalidade de ensino. Por outro lado, o advento da tecnologia provocou avanços nos setores produtivos, contribuindo para a extraordinária expansão do Ensino Médio.

Diante desse fato, houve a necessidade de garantir condições para uma educação adequada para essa nova sociedade em mudanças, num ritmo acelerado e pouco previsível. Assim, a educação média torna-se tema central no debate dos sistemas educacionais na atualidade, com interesses e objetivos de unir a continuidade dos estudos com propósitos bem definidos: preparar para o efetivo exercício da cidadania, do trabalho e, sobretudo propiciar o crescimento integral do aluno. Neste sentido, Castro e Tiezzi argumentam:

Está ultrapassado o modelo da educação restrita a um certo período da vida das pessoas; hoje a educação deve ser permanente, de modo a permitir frequentes retornos a novos aprendizados. Neste novo paradigma está a educação básica de caráter geral. Todo jovem deve desenvolver as habilidades e competências para aprender a aprender, ou seja, deve desenvolver o raciocínio, o pensamento crítico e a capacidade de contextualizar os conhecimentos adquiridos (2005, p. 120).

A partir dessas reformas não se pode negar que muito foi feito para superar o

atraso que acompanhou o Ensino Médio por décadas. Atualmente, 97% das crianças que possuem entre 7 e 14 anos de idade frequentam a escola, e a taxa de analfabetismo vem caindo consideravelmente. Mas se por um lado houve a universalização do ensino fundamental, o mesmo não aconteceu com o Ensino Médio, que ainda se encontra numa situação aquém do desejado. Os autores apontam que a maior parte dos problemas do Ensino Médio está na falta de qualidade do ensino oferecido, que não garante o nível mínimo necessário de aprendizagem.

No ano de 1998, o Conselho Nacional de Educação (CNE) determinou, de acordo com a lei, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução CEB/CNE nº 03/98). Com base nessas diretrizes foi elaborado os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCN), documento que tem por finalidade nortear os conteúdos básicos para as disciplinas escolares, sendo uma referência nacional, que pode ser ajustado às particularidades de cada região (CASTRO E TIEZZI, 2005, p. 128).

Os PCNs estabelecem que os currículos devem definir conteúdos e estratégias que possibilitem ao aluno desenvolver conhecimentos em três esferas da atividade humana: a vida em sociedade (relações políticas), a atividade produtiva (relação de trabalho) e a experiência subjetiva (simbolizações). Para tanto, baseiam-se nos quatro pilares da educação, assinalados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO): “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser”.

Seguindo essas orientações, os Parâmetros propõem um currículo para a educação média com princípios que buscam a formação humana em toda sua dimensão, tais como: o desenvolvimento das competências afetivas e cognitivas, como a capacidade de pesquisar, raciocinar, argumentar, trabalhar em grupo; desenvolver valores éticos – a tolerância, a generosidade, o respeito ao outro - ser criativo, aprender a aprender continuamente, mediante um processo de aprendizagem eficaz e contextualizado (CASTRO E TIEZZI, 2005, p. 128).

Portanto, com base nessas premissas, a partir de 1990, surge então a necessidade de adequação da educação aos novos parâmetros, de forma a estabelecer

um modelo educacional condizente com a realidade do país. Ou seja, a educação, a partir de então, busca formar o cidadão preparado para atender as novas expectativas, decorrentes das transformações na sociedade.

O CURRÍCULO ATUAL DO ENSINO MÉDIO

O Ensino Médio tem seu currículo definido, em linhas gerais, pela Lei 9394 da Diretrizes e Bases da Educação de 1996, pelo Conselho Nacional de Educação e pelas decisões do Ministério da Educação (MEC). No conjunto dessas leis e normas há uma suposta liberdade que abre espaço para uma variação no currículo que pode se adequar às características de cada região, considerando as peculiaridades de cada aluno. Porém, nesses documentos têm determinações explícitas sobre o que deve ser ensinado, impedindo que essa flexibilidade seja efetivada na prática.

O artigo 26 da LDB de 1996 preconiza que:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Mas, no artigo 36 encontram-se expostos detalhadamente alguns dos conteúdos específicos destinados ao Ensino Médio. São eles:

O domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna; conhecimento das formas contemporâneas de linguagem. o domínio dos conhecimentos de filosofia e de sociologia necessários ao exercício da cidadania.

Por fim, no parágrafo segundo, desse mesmo artigo, está estabelecido que "o ensino médio, atendida à formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas", que tanto pode ser nos estabelecimento de ensino como em instituições especializadas em educação profissional (SCHWARTZMAN, 2010 a, p. 4).

Diante do exposto, fica evidente a proposta estabelecida no currículo - a formação integral do educando. Contudo, na realidade o que se percebe é que esse objetivo ainda não foi alcançado. A seguir serão apresentados alguns fatos que podem estar relacionados com a baixa qualidade do Ensino Médio.

AS MAZELAS DO ENSINO MÉDIO

O Ensino Médio é uma etapa importante da educação básica haja vista que a partir dele o aluno deve se apropriar de conhecimentos, competências e atitudes que lhe darão suporte para enfrentar os obstáculos que encontrarão no decorrer da vida e assim trilhar seu próprio caminho. Mas os indicadores comprovam que estamos longe dessa realidade.

Como mencionado anteriormente, a LDB de 1996 nos parágrafo segundo e terceiro respectivamente prevê que “O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas”. “Os cursos do Ensino Médio terão equivalência legal e habilitarão ao prosseguimento de estudos”.

De acordo com João Batista Araújo e oliveira (2008), o currículo permite a alternativa de formação para o Ensino Médio: uma profissionalizante – que oferece aos alunos uma formação profissional, preparando para o mercado de trabalho - e outra acadêmica – de cunho preparatório para o acesso ao Ensino Superior. A diversificação, estabelecida no currículo do Ensino Médio, tem sido uma estratégia para estimular os alunos a permanecerem mais tempo na escola, dando a eles a oportunidade de trocar de curso, se caso mudar de ideia, e também a possibilidade de prosseguir os estudos (OLIVEIRA, 2008).

Para Schwartzman (2010) o Ensino Médio possui alguns problemas que acabam refletindo no desempenho dos alunos. Dentre eles está a falta de diversificação, ou seja, a falta de alternativas entre o Ensino Médio profissionalizante e o propedêutico. Mesmo estando previsto na LDB a possibilidade de diversificação, o modelo mais adotado no Brasil ainda é o ensino tradicional. Para ele, a necessidade de diversificação do Ensino Médio deve-se ao fato de que as pessoas não são iguais, por

isso também possuem entre si interesses diferentes. Para o autor, o fato de o Ensino Médio no Brasil ser enciclopedista, boa parte dos alunos não consegue acompanhar essa abrangência de conteúdo, ademais, os poucos que conseguem, saem com uma formação bastante superficial.

O modelo em vigor do Ensino Médio no País serve apenas como uma ponte para o aluno ter acesso ao ensino superior e que prevalece a preparação para o vestibular. O Ensino Médio brasileiro não proporciona uma formação integral do aluno, apenas o prepara para o vestibular. Assim, quem não tem interesse em ter uma formação acadêmica, acaba sendo prejudicado.

Uma das maiores falhas no Ensino Médio no Brasil, segundo Schwartzman (2010), é o número exagerado de disciplinas que o aluno tem que estudar. Ao todo são treze disciplinas obrigatórias, com isso o aluno acaba vendo de tudo um pouco e ao mesmo tempo não consegue aprender nada.

Em 8 de fevereiro de 2012, o jornal O Estado de São Paulo publica um artigo de Simon Schwartzman com a colaboração de João Batista Araujo e Oliveira e Claudio de Moura Castro no qual discorre sobre os problemas do Ensino Médio:

O ensino médio é chato! Os temas estão muito longe do mundo dos alunos, não permitindo que vislumbrem um bom uso para tais conhecimentos, e é descomunal a quantidade de assuntos tratados, não deixando entender nada em profundidade e obrigando os alunos a memorizar fórmulas, listas, datas e princípios científicos. O prazer do estudo é a sensação de entender, de decifrar os mistérios do conhecimento. Se as matérias fluem freneticamente, não há como dominar o que quer que seja.

De acordo com o Schwartzman, a despeito do forte crescimento da educação média nos últimos anos, ainda está estagnada a um nível inferior a 50% de cobertura. Pois são poucos os alunos que entre 15 e 17 anos - idade adequada - estão matriculados no ensino médio, e quase a metade dos que estão nesse nível de ensino tem 18 anos ou mais. Desse último, a maioria frequenta o curso noturno, aumentando ainda mais as chances de abandonar a escola antes mesmo de concluir essa etapa dos

estudos, confirmando assim a real situação, de que existe um descompasso entre os jovens e a educação.

A FALTA DE SINTONIA DOS JOVENS COM OS ESTUDOS

Embora seja o Ensino Médio, o nível educacional que mais cresceu nos últimos anos, ficando atrás apenas do Supletivo, o número de alunos que não o concluem ainda é preocupante, razão essa que requer maior atenção das políticas educacionais e de todos envolvidos com a educação (BARROS; MENDONÇA, 2008).

Vale ressaltar que a legislação brasileira prevê a universalização do ensino tanto na Constituição Federal de 1988, como também na LDB de 1996. Mas, a despeito do acesso a educação ter sido um movimento expressivo nos últimos anos, principalmente no que diz respeito ao Ensino Médio, ainda há muitos problemas a ser enfrentados nesse nível de ensino. O grande desafio hoje não é mais o ingresso, mas sim a sua conclusão.

Com base nos últimos dados fornecidos pelo Censo Escolar em 2005, de cada cem jovens matriculados no Ensino Médio do sistema público brasileiro, dezessete abandonaram os estudos. Esse número vem caindo de acordo com a série, oscilando entre 22% na primeira e 12% na terceira série. “Entre 1999 e 2005, a taxa de abandono declinou cerca de dois pontos percentuais nas duas primeiras séries. Todavia na última série do Ensino Médio, o abandono apesar de mais baixo, vem aumentando ao longo do tempo” (BARROS; MENDONÇA, p. 10).

No caso da evasão, os números apontam que em 2005, a cada 100 jovens matriculados na primeira série do ensino Médio, 12 evadiram-se da escola, ou seja, não efetuaram a matrícula no ano seguinte. Os dados evidenciam que a evasão escolar vem crescendo sistematicamente desde 1999 (KLEIN 2006, apud BARROS; MENDONÇA). Embora levemente menor na segunda série, o aumento foi maior em relação a primeira.

De acordo com Barros e Mendonça (2008), a PNAD mostra que, em 2007 de cada cem jovens de 15 a 17 anos, dezoito estavam fora da escola. Esse número é

quase quatro vezes maior entre os jovens com idade de 18 a 24 anos, que se encontram nessa mesma situação.

Para Schwartzman (2010), essa falta de conexão dos jovens com o Ensino Médio é decorrente da deficiência que eles apresentam na aprendizagem, pois saem do ensino fundamental com grandes lacunas de conhecimento e quando chegam ao Ensino Médio não conseguem completá-lo e, dentre os que o concluem, uma grande maioria não atinge os conhecimentos mínimos exigidos, considerados indispensáveis para esse nível de ensino. O resultado da avaliação do SAEB publicada em 2007 confirma essa realidade. No qual mostra que o nível de proficiência dos alunos está abaixo do mínimo esperado para esse segmento de ensino.

Segundo o Movimento Todos pela Educação o desempenho médio em Língua Portuguesa para alunos da 4ª série do Ensino Fundamental é 200 pontos; para os da 8ª série 275 e para os da 3ª série do Ensino Médio 300. Na disciplina de Matemática: 4ª série do Ensino Fundamental, 225; 8ª série do Ensino Fundamental, 300, e para a 3ª série do Ensino Médio, 350.

Todavia, de acordo com Klein (2009), o resultado da avaliação realizada em 2007 revela que apenas 24,5 % dos alunos da 3ª série do Ensino Médio têm proficiência mínima em Língua Portuguesa. Em matemática a situação é ainda pior, uma vez que menos de 10% dos alunos do Ensino Médio atingiram o mínimo esperado. Esses resultados corroboram a tese de que o país tem de reformular seu sistema educacional a fim de oferecer aos alunos um ensino eficiente e de qualidade para que outras gerações possam acompanhar os avanços do mundo moderno, do conhecimento. O mesmo afirma ainda que

É necessário que as informações sobre as dificuldades de aprendizagem dos alunos observadas de forma constante e consistente ao longo desses anos sejam enfocadas pelos programas de formação inicial e continuada dos professores, nos livros didáticos e demais materiais pedagógicos (KLEIN, 2009, p. 23).

Deve-se, considerar então, que um sistema educacional de qualidade é aquele em que os alunos aprendem, passam de ano e concluem a educação básica. Esta é

uma afirmação de que poucos vão discordar. Entretanto, com base nos estudos apresentado neste trabalho, a maioria dos sistemas educacionais no Brasil não cumpre essa missão.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, fica evidente que a educação brasileira tem muitos desafios e problemas a serem superados. Moran (2009) defende que a educação é um tema complexo porque envolve uma série de aspectos, que não se resolve só dentro da sala de aula. Ela abrange todos os cidadãos, as organizações e o Estado e depende intimamente de políticas públicas e institucionais coerentes, sérias e inovadoras.

Para Moran (2009), o processo educativo não é tão simples, pois exige mudanças significativas e investimentos na formação docente, para que haja o domínio do conhecimento na relação pedagógica e dos recursos das novas tecnologias. A mudança não é fácil porque não depende de um único fator. Para o autor, o que não pode é jogar a culpa nos outros, para justificar a grande defasagem que há entre os anseios dos alunos e a forma de como satisfazê-los. As mudanças ocorrerão aos poucos, pois vivemos numa sociedade com enorme desigualdade social, de maturidade e de motivações das pessoas. Existe ainda o fato de que algumas pessoas aceitam bem as mudanças, outras nem tanto. Por isso torna-se muito difícil mudar o que já está arraigado nas pessoas, nos padrões das organizações, nos governos, nos profissionais e na sociedade de forma geral.

Assim como o retorno econômico da educação, as dificuldades nesse âmbito, também são muitas. De acordo com Moran (2009), as estruturas de organização e os currículos precisam ser mais flexíveis e criativos, o que na prática não é uma tarefa fácil de realizar. Numa sociedade moderna, com mudanças aceleradas, é fundamental que existam pessoas com competência intelectual, de compreensão do mundo, de aprendizagem experimentada por diversos caminhos, que tenham consciência das inúmeras possibilidades de crescimento em todos os setores. "O que faz a diferença no

avanço dos países é a qualificação das pessoas". Somente por meio da educação há a perspectiva de novos caminhos de integração do humano e do tecnológico, do racional, do sensorial, do emocional, e do ético, do presencial e do virtual; da escola, do trabalho e da vida em todas as suas dimensões (MORAN 2009, p. 1690).

Nesse sentido, é fundamental que os alunos permaneçam na escola, e que concluam uma educação básica de qualidade. Para tanto, mais que universalizar o ensino é necessária a formulação de políticas públicas educacionais que visam melhorar o fluxo escolar e o desempenho dos alunos (KLEIN; FONTANIVE, 2009).

REFERÊNCIAS

BARROS, R. P; MENDONÇA, R. Seminário. **A crise de audiência do Ensino Médio**. Abandono e Evasão escolar no Ensino Médio no Brasil: magnitude e tendências. Instituto Unibanco. São Paulo, 2008.

BARROS, R. P. CARVALHO, M. FRANDINHO, M. FRANCO, S. **A crise de audiência do Ensino Médio**: Juventude e Escola. Instituto Unibanco. São Paulo, 2008.

BRASIL, Constituição Da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 07,dez.2012.

BRASIL, LDB. Lei 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em: 12,out.2012.

CASTRO, M. H. G. TIEZZI, S. **Os desafios da educação no Brasil**: A reforma do ensino médio e a implantação do Enem no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

INEP. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6661&catid=180:pos-graduacao. Acesso em 10.out.2012.

KLEIN, Ruben. Seminário: **A crise de audiência no ensino médio**. A falta de participação dos jovens no ensino médio. Instituto Unibanco. São Paulo, 2008.

KLEIN, R., FONTANIVE, N. S. **Alguns Indicadores Educacionais de Qualidade no Brasil de Hoje**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v.23, n.1, p. 19-28, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.seade.gov.br>; www.scielo.br.

Acesso em: 02/05/2012.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos**: Novos desafios e como chegar lá. Campinas, SP: Editora Papirus, 4ª edição, 2009.

OLIVEIRA, João Batista. Seminário: **A crise de audiência do Ensino Médio**. Ensino Médio: lições da experiência internacional. São Paulo, 2008.

RAMOS, Mozart Neves. Seminário. **A crise de audiência do Ensino Médio**. Instituto Unibanco. São Paulo, 2008.

SAEB. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=210&Itemid=324>. Acesso em 10.out.2012.

SHWARTZMAN, Simon. **A questão da diversidade do ensino médio**. Seminário: Como aumentar a audiência no Ensino Médio, novembro de 2010.

_____. **Entrevista sobre o ensino médio** (versão original). Publicada em Ensino Superior Unicamp, Ano 1, n. 2, 2010. p. 16-25.

_____. **Equidade e Qualidade da Educação Brasileira**. V seminário de outono. São Paulo, 2008. Fundação Santilana.